



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

PARECER JURÍDICO OPINATIVO

N.º 010/2023

Referência: Projeto de Lei n.º 09, de 1º de fevereiro de 2023, de autoria do Poder Executivo – *“Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Boa Vista do Sul.”*

Solicitante: Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Assunto: Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município.

EMENTA: PROJETO DE LEI. NOVA LEGISLAÇÃO REESTRUTURANDO O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. POSSIBILIDADE. INTERESSE LOCAL, CONFORME ART. 30, I, CF. ART. 40, CF.

I. Relatório

Cuida-se de Projeto de Lei (PL) de autoria do Poder Executivo que está nesta assessoria jurídica, nos termos do art. 136, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa¹ a pedido da Comissão Técnica Permanente competente, e conforme disposto na Resolução 002/2013, para emissão de orientação técnica jurídica.

No caso em espécie, a proposição reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Boa Vista do Sul, que abrange o Poder Executivo, o Poder Legislativo, suas Autarquias e Fundações, garantindo, aos beneficiários, na qualidade de segurados e dependentes, aposentadoria e pensão por morte.

¹ Resolução n.º 03/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

Destaca-se os seguintes aspectos tratados no projeto:

- a) Princípios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- b) Unidade Gestora e das Estruturas do RPPS (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Gestor dos Recursos do Fundo de Previdência);
- c) Das fontes de financiamento do RPPS e da utilização dos recursos;
- d) Das contribuições (contribuição do Município – normal e suplementar -, contribuição dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas) e das bases de cálculo, prazo para recolhimento, etc.;
- e) Escrituração contábil e registro individualizado dos beneficiários;
- f) Revogação parcial dos dispositivos da Lei Municipal n.º 446/2005, em vigência, que dispõem sobre a matéria.

Diante da complexidade do tema tratado, a Câmara de Vereadores convocou Audiência Pública, através do Edital de Convocação n.º 02/2023, já realizada em 06/02/2023, para debater a proposta (em conjunto com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 01/2023, Projeto de Lei n.º 08/2023 e Projeto de Lei n.º 10/2023).

II. Fundamentação Jurídica

De acordo com a Constituição Federal (CF), os Municípios detêm competência legislativa nos termos do artigo 30, em especial em assuntos de interesse local (inciso I) e na suplementação da legislação federal e estadual, no que couber (inciso II).

O projeto de lei nº 009, de 1º de fevereiro de 2023, versa sobre assunto de interesse local, consoante disposto pelo art. 30, inciso I, CF/1988.

A Constituição Federal, em seu art. 40, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019, prevê que “O regime próprio de previdência social



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.”

O Município de Boa Vista do Sul já possui Regime Próprio de Previdência Social instituído. O que a novel legislação pretende é readequar o RPPS, dando continuidade ao processo de reforma da previdência municipal, tal como iniciado com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica n.º 01/2023, em conjunto com os projetos de lei n.º 08/2023 e 10/2023, todos já em trâmite nesta Casa Legislativa.

Ainda, a exposição de Motivos anexa ao PL refere que “O Texto objetiva reestruturar o RPPS de modo a atender às exigências de certificação profissional e institucional (permitindo adesão ao Pró-Gestão) especificadas na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP nº 1.467/2022, o que tanto permite a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, documento que, por sua vez, é imprescindível para que o Município receba transferências voluntárias da União, bem como o acesso a investimentos qualificados.”

Com base nessas considerações, não se vislumbra qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade no projeto de lei ora analisado.

III. Conclusão

Considerando os fundamentos legais e constitucionais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, esta Assessoria Jurídica **opina favoravelmente à tramitação da matéria** no Plenário da Câmara Municipal.

Impende comentar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação legítima do Parlamento. Dessa forma, a **opinião** jurídica exarada neste parecer não tem força



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer que submeto às considerações da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Boa Vista do Sul (RS), 10 de fevereiro de 2023.

Rosângela Bissolotti

Assessora Jurídica – OAB/RS 109.521